

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 085/2025

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).

“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).

“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;

“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;

“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;

“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;

“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;

“VI – estimativa do valor da contratação, [...]” (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

“IV – descrição da solução como um todo, [...]” (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;” (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]” (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]” (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes” (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]” (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.” (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos, considerando o problema administrativo representado no seguinte questionamento:

COMO MANTER A FROTA MUNICIPAL, EM CONDIÇÕES REGULARES E SEGURAS DE USO NAS SUAS DIVERSAS FUNCIONALIDADES, CONSIDERANDO SUAS CARACTERÍSTICAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS, PARA FAZER FRENTE AS DEMANDAS DA GOVERNANÇA PÚBLICA?

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

Para tanto, em relação aos estudos da problemática: **FROTA MUNICIPAL**, para manter um padrão da corrente de análises e ponderações, será dividida a estrutura do ETP em capítulos, para melhor contextualização e estudo direcionadas a diversidades de insumos, produtos e serviços que estão em sintonia com o Gerenciamento da Frota Municipal. Isto para que seja compreensível e objetivo cada uma das contratações aqui alocadas.



SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Contexto da Situação Problema:

A Gestão Municipal, tem a obrigação de manter a frota municipal, na sua totalidade, em condições de uso, garantido a disponibilidade dos veículos, máquinas, caminhões e equipamentos, em situação regular para atender as demandas da população a tempo do chamado. Outro sim, ainda em relação as obrigações da Gestão Municipal no tocante a questão “frota”, é imperativo a preocupação constante visando a renovação dos elementos, tornando a frota mais eficiente em termo de utilização de insumos e necessidade de manutenção, bem como, mais eficaz no desenvolvimento dos trabalhos e consequentemente mais efetividade dos resultados objetivados no planejamento.

Observa-se que a frota municipal está distribuída em conformidade com as secretarias, e/ou departamentos, e/ou ainda nas divisões municipais, sendo atribuídos estes, individualmente aos seus itens lotados, a responsabilidade de acompanhamento das necessidades de manutenção, da guarda, da conservação, limpeza, ou seja, das condições de uso e conservação do bem patrimoniado.

Observa-se ainda, que embora o Município não tenha um plano formalizado para renovação da frota, está buscando recursos, seja federal ou estadual, para que possa revovar sua frota, uma vez que muitos dos veículos e máquinas, já não mais estão em condições de uso, com eficiência e economicidade.

Assim, é imperativa a renovação da frota.

Ocorre que, os veículos novos, necessitam de uso do Arla 32, para completar o ciclo de eliminação de poluentes, atendendo a legislação referente a fabricação dos motores. Em tempo, cabe a explicação: o arla 32 é a abreviação de Agente Redutor Líquido Automotivo e o 32 referem-se ao nível de concentração da solução de uréia (32,5%) em água desmineralizada. Atua nos sistemas de exaustão como agente redutor de emissões de óxidos de nitrogênio (NOx). ARLA 32 é uma solução não inflamável, não tóxica, não perigosa e não explosiva e, portanto, muito segura. Embora não seja nocivo ao meio ambiente e seja classificado na categoria dos fluidos transportáveis de baixo risco, não deve ser disposto em solo ou corpos d'água, por poder agir como eutrofizador (modificação das características químicas, físicas e biológicas dos corpos d'água) do meio. A especificação técnica do ARLA 32 é prescrita pela Instrução Normativa IBAMA nº 23 de 11/07/2009.

O consumo esperado de ARLA 32 fica em média entre 4% a 6% do consumo de diesel a considerar o Fabricante do veículo automotor. Entre outras palavras, serão necessários 5 litros de ARLA 32 para cada 100 litros de diesel, ou cerca de 1,5 litro de ARLA 32 para cada 100 km rodados.

A Legislação de transito classifica o não uso adequado do Arla 32 como infração grave, autuada com cinco pontos na carteira de habilitação e multa, com base nos artigos 68 e 71 do Decreto Federal nº 6.514/2008.



Neste contexto, a aquisição do Arla 32 para os veículos da frota municipal de São Jorge D'Oeste, visa a segurança dos servidores e dos transportados (quando for o caso de veículos de transportes de pessoas), pois é necessário que os veículos trabalhem corretamente dentro das normas de trânsito.

No desempenho das atividades públicas o Gestor deve tomar por base determinação legal, mormente os preceitos e princípios lógicos que norteiam a gerência dos bens públicos, pois a Administração Pública, no contexto contemporâneo, marcada pela evolução dos padrões de controle, importando-se com a economicidade e o resultado efetivo de suas ações. Igualmente a gestão da frota municipal perpassa por contratações pautadas em princípios elencados na Constituição Federal, principalmente os citados ao caput do art. 37, sendo a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, e a eficiência, além de outros, todos voltados para um bem maior que se tutela, que é o pleno funcionamento dos elementos da frota municipal, colocados à disposição da população ao tempo das suas necessidades.

Consiste assim, especificamente no que concerne ao Princípio da Eficiência, o Município precisa estar preparado para gerir de forma precisa o patrimonial, recursos e as políticas públicas.

Portanto, é necessário que o Município disponha de um Gestor da frota, que além de alimentar o Sistema de Gerenciamento da plataforma já contratada, aplique ou faça aplicar as recomendações que o próprio Sistema sugere na sua funcionalidade, de modo que a frota permaneça permanentemente em condições de uso.

Nestas considerações, há a necessidade de a Administração Municipal, dispor de diversas contratações, para que a gestão da frota não enfrente situações de impossibilidade ou ainda de dificuldades operacionais, provocadas por falta de planejamento nas contratações públicas.

1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL prover com eficácia, a capacidade da frota municipal para atender a demanda de serviços públicos dependentes do uso dos elementos da frota municipal, independente de em qual das secretarias municipais estejam lotados.

1.2.2 Inicialmente, cumpre destacar que o presente documento busca assegurar a viabilidade técnica para contratação futura e oferecer informações para a elaboração do Termo de Referência, de modo a assegurar um processo licitatório econômico e eficiente, em consonância com o disposto na Lei 14.133/21 e no Decreto nº 3.927,2023, que regulamenta a fase preparatória das contratações, a nível municipal.

Particularmente, a frota municipal, está sendo renovada, implicando cada vez mais a necessidade do uso do ARLA 32, uma vez que o cenário futuro provoca uma necessidade maior de consumo de arla 32 devido as novas aquisições de veículos automotores devido à perspectiva de crescente demanda. Esta aquisição se justifica visando ao interesse público com o intuito de garantir, atender as demandas e as necessidades da frota municipal.



1.2.3 A presente contratação, é indispensável e por vezes, deveria ser mantido contrato vigente, com saldo a requisitar a tempo integral, pois trata-se de um produto/serviço, singular para o funcionamento da frota municipal.

1.2.4. Desta forma, espera-se os seguintes benefícios:

BENEFÍCIO 1: Prover, mesmo que por um procedimento impulsionado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, quando nos termos do art. 192 do decreto Municipal nº 3.927/2023, condições de execução das diferentes demandas apresentadas;

BENEFÍCIO 2: Quando avaliada a necessidade total da frota, que seja para cada um dos produtos ou dos serviços, não apenas as necessidades de uma ou outra Secretaria Municipal, permite que as contratações sejam em quantitativo maior, o que por fim poderá resultar em economia em contratações por lote de maior quantidade;

BENEFÍCIO 3: Reduzir os gastos com inúmeros certames durante um período orçamentário, tornando todo o sistema de contratações municipal mais eficiente e eficaz;

BENEFÍCIO 4: Manter contrato vigente em quantidades a requisitar que venham atender a demanda em tempo real, não comprometendo os serviços públicos;

1.3 A ausência de contratações com objetos necessários ao bom funcionamento da frota municipal, acarretará inúmeras situações problemas nas diversas secretarias, comprometendo a Administração como um todo.

1.4. As contratações deverão ser concentradas, considerando volumes suficientes a atender toda a frota, evitando fragmentações em licitações individualizadas a cada uma das unidades administrativas onde estão lotadas as unidades da frota municipal de São Jorge D'Oeste/PR.

SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação está prevista de maneira generalizada no PCA 2024/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE.

2.1.2 A presente contratação está prevista no item SETORES CONTEMPLADOS do PCA 2024/2025.

2.2 Alinhamento Estratégico:

2.2.1. Esta pretendida contratação apresenta conformidade com os Programas e Ações do PCA 2025.

SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).



Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os seguintes:

3.1 Requisitos mínimos de qualidade:

A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível.

3.2 Requisitos normativos e legais:

A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei Federal nº 14.133 de 1º abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

3.6 Requisitos de sustentabilidade:

A CONTRATADA deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Decreto Estadual nº 43.629/2012, o qual estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Rio de Janeiro, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares, atendendo ao exposto no Estudo Técnico Preliminar que subsidiou este TR.

Em respeito ao princípio constitucional da promoção do desenvolvimento sustentável, destacamos as referências de sustentabilidade em compras públicas para fins de alinhamento da CONTRATADA. Não são obrigatórias, apenas desejáveis, que as contratadas respeitem as práticas de sustentabilidade abaixo listadas:

- ;
- Catálogo SIGA – itens sustentáveis;
- OHSAS 18001:2000 – Segurança e saúde no trabalho;
- AS 8000 (Social Account ability International) – normas socialmente responsáveis;
- NBR 16001(ABNT) – sistema de gestão da responsabilidade social.

SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

4.1 Identificação dos elementos que compõe a frota municipal:

4.1.1. A partir da identificação dos elementos da frota municipal, é possível evidenciar os itens de consumo, os que necessitam ser substituídos, aqueles que necessitam de manutenção ou de cuidados quanto a conservação, gerenciamento e guarda.

4.1.2. A estimativa da quantidade de ARLA 32 que são usados concomitantemente, para dar a frota condições de uso, foi levantada neste ETP, para atender os termos do disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º abril de 2021, e na composição atual da frota municipal, a saber:

4.1.2.1. Nas tabelas acima está o retrato da frota municipal da data de 03 de julho de 2025, e a partir dela, sugere-se alterações em termos de atualização a cada intervenção a qualquer um dos elementos, ou então quando for o caso de aquisições ou ainda de alienações.

4.1.2.2. Sugere-se ainda, que se adote a tabela acima como referência em todas as licitações que tenham objetos vinculados aos elementos da frota.

4.1.2.3. Sugere-se que seja adota a utilização do instrumento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP) a todos os procedimentos licitatórios relacionados a frota;

4.1.2.4. Quando não for adequada a sugestão descrita no item 4.1.2.3, deverá ser considerado se o quantitativo contratado, atende as condições e uso do elemento da frota, isto em relação ao tempo que se pretende mantê-lo na frota (alienações discricionárias), ou até mesmo se for considerado inservível (alienações inevitáveis e obrigatórias).

4.1.3. A descrição dos elementos, com os respectivos quantitativos dos itens necessários a dar condições de uso da frota, em detrimento às demandas de todas as Secretarias Administrativas, verificadas nos memorandos enviadas à equipe responsável pela elaboração deste estudo técnico, anexadas ao final para comprovações, está apresentada abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND.	QTD.
1	ARLA 32	LITROS	7.000

4.2 Histórico de Licitações:

4.2.1 A seguir é apresentado o histórico das últimas licitações referente a aquisição de óleo diesel:

Modalidade	Objeto	Vigência
DISPENSA 14/2024	ARLA 32	16/09/2024 à 19/06/2026
PE 188/2022	ARLA 32	15/06/2022 à 09/01/2024
PE 95/2021	ARLA 32	09/06/2021 A 09/06/2022

*Informações coletadas em 09/07/2025.

4.3 Histórico de consumo durante o período de vigência:

4.3.1. Na tabela abaixo é possível estar verificando, de forma geral, qual foi o consumo em cada licitação:

Item	Descrição do Produto	UND	D 14/2024		PP 188/2022		PP 188/2023	
			Qtde. Licitada	Saldo	Qtde. Licitada	Saldo	Qtde. Licitada	Saldo
1	ARLA 32	Litro	3.125	488,29	3.000	1.500	60 (20L)	0

*Informações coletadas em 09/07/2025.

4.4 Justificativa de quantitativo:

4.4.1. A pretensa contratação visa atender as demandas de todas as secretarias do Município de São Jorge D'Oeste – PR, quanto a necessidade deste produto (aditivo ARLA 32).

4.6.2. A pretensa contratação visa atender as demandas de todas as secretarias do Município de São Jorge D'Oeste – PR.



SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

5.1. **Cenário 01** – Contratações sob Registro de Preços para futura e eventuais aquisições de produtos, sem a formação de estoque físico.

O Produto (ARLA) deverá ser disponibilizado pela contratada em posto de serviço localizado no perímetro urbano da cidade de São Jorge D'Oeste-PR, com abastecimento direto nos veículos, sendo terminantemente proibido abastecer em reservatórios diferentes que não aquele em específico integrado aos veículos.

Para este cenário, percebem-se apenas **vantagens**, pois em uma das opções o Município será atendido.

5.2. **Cenário 02** – Contratações sob Registro de Preços para futura e eventuais aquisições de produtos, com a formação de estoque físico (produto envasado em bombonas de 20LT).

As **desvantagens**, são por assim dizer, dificuldades no reabastecimento; desperdício por derrame, sobras nas bombonas, guarda inadequada, vulnerabilidade de controle de estoque.

Observa-se, no entanto, que todas as desvantagens que se apresentam impactantes ao desempenho por esta metodologia de formação de estoque, já são ao mesmo tempo, ações predefinidas em legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), como de caráter obrigatório à Gestão Da Governança exigidas para condução da Administração Pública contemporânea. Ou seja, são ações que obrigatoriamente já devem ser consideradas pelos administradores públicos nas suas estruturas de Gestão, o que não implica em aumento de custos e investimentos, mas sim, em aumento de eficiência, eficácia e efetividade dos programas e das ações de Administração do bem público.

SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:



Município de SÃO JORGE D'OESTE Estado do Paraná www.saojorge.pr.gov.br CNPJ: 76.995.380/0001-03													
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO													
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de ARLA 32% para abastecimento dos veículos, caminhões, ônibus e máquinas pertencentes a frota municipal de São Jorge D'Oeste/Pr.													
		NOME DA EMPRESA				CNPJ		Data da Cotação					
COT 1		AUTO POSTO IRMÃOS LOURENÇO LTDA MATRIZ SÃO JORGE				82.456.989/0001-98		18/09/25					
COT 2		PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (1 COTAÇÃO)				76.995.380/0001-03		18/09/25					
COT 3													
COT 4													
										VALORES			
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global	
1	ARLA 32 - PRODUTO COM 67,5% ÁGUA DESMINERALIZADA E 32,5% DE URÉIA; APRESENTAÇÃO LÍQUIDO.	Litro	7000	3,80	4,77	4,56	4,31	4,27	3,80	4,77	4,34	26.600,00	
Responsável pela cotação				APROVAÇÃO:				TOTAL:				26.600,00	
LIOMAR SIEGA				L X LICITAÇÃO				ASSINATURA DO RESPONSÁVEL					
OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM EMPRESA DO MUNICÍPIO E MAIS 4 (QUATRO) COTAÇÕES NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS PARA COMPOR A CESTA DE PREÇOS. E FOI ADOPTADO CRITÉRIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS													
São Jorge D'Oeste, 19 de setembro de 2025.													

6.2. O preço total estimado da contratação é de R\$ 26.600,00 (Vinte e seis mil e seiscentos reais).

6.3. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Decreto nº 3.927/2023, cujo documento de Orçamento Estimado, que contém memória de cálculo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo.

SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

7.1 Identificação de soluções:

7.1.1. Por meio deste estudo, por meio de questionamentos a partir do contexto atual e dos posicionamentos em relação a frota municipal, foram verificados alguns benefícios quando da gestão da frota, bem como os possíveis cenários, para fundamentar decisões que podem ser tomadas pela Administração, nas futuras contratações de insumos, produtos e serviços para a frota municipal, isto, para suportar uma visão de diferentes possíveis soluções.

7.1.2. Assim, foram identificadas as seguintes possíveis soluções:

7.1.2.3 Solução 1: Adotar uma postura gerencial da frota municipal, promovendo contratações sempre que possível por registro de preços, controlando com eficiência e eficácia o uso e o consumo, a manutenção e a conservação dos elementos, programa de renovação e modernização do parque de máquinas, veículos e equipamentos, Importante destacar que a terceirização da frota, ou até mesmo a locação de veículos, é um modelo cada vez mais utilizado pela administração pública por trazer diversas vantagens: toda a complexidade de aquisição de equipamentos, suprimentos, serviço de manutenção e troca de peças, atualização



tecnológica e de suporte técnico é realizada pela empresa contratada, ficando à Administração a responsabilidade da gestão eficiente do contrato.

7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.1.2. Conforme já descrito no cenário 1: Contratações sob Registro de Preços, sem a formação de estoques do produto, buscando disponibilizar ao tempo das demanda.

7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2 É contínuo, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que é produto de uso contínuo e necessidades permanentes ou prolongadas.

7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a solução 3, admitida para o Cenário 1, assim, pretende-se a REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO.

7.6 Justificativa da escolha da solução:

7.6.1 Trata-se da solução que no momento se adequa a realidade apresentada pela Administração.

7.6.2 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que o modelo REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO, trata-se de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.

7.7 Regime de fornecimento:



7.7.1. Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidades da Administração, mediante Requisição de Compra/Empenho.

7.8 Vigência do contrato:

7.8.1. Orienta-se para o prazo de vigência contratual de no mínimo 12 (doze) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.8.2. Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, se comprovada a vantajosidade para Contratante e se prevalecendo o interesse público.

7.8.3. Justifica-se a vigência contratual de 12 (doze) meses, considerando as necessidades de renovação da frota municipal, o que pode alterar significativamente o qualitativo dos produtos e dos serviços necessários para manter a disponibilidade funcional da frota.

SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para as contratações pretendidas para atender a demanda da frota municipal foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por ITEM.

SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1. Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

9.2 Assim, a presente contratação pretende alcançar o(s) seguinte(s) resultado(s):

9.2.1. Possibilitará o fornecimento adequado de insumos, produtos e serviços para todos os elementos da frota municipal, possibilitando o gerenciamento, controle, redução de gastos excessivos, bem como, possibilitar organização no ambiente de trabalho.

9.2.2. Contemplará o fornecimento de todas as demandas da frota em conformidade as quantidades solicitadas e necessárias, de modo a não provocar atrasos indesejáveis, ou então, a não existência de Registro de Preços vigentes para os diferentes objetos relacionados a frota municipal.



9.2.3. Atenderá as necessidades das diversas Secretarias relativas à adequada utilização da frota municipal de maneira eficiente.

SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. Para atendimento da finalidade da contratação, não há contratações correlatas que devem ser agilizadas, uma vez que se admite um olhar gerencial para a frota municipal, de modo que, chama-se a atenção da equipe de contratação para que privilegie os trâmites de todos os processos que por finalidade atendam as demandas da frota geral do Município.

SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

12.1. ANÁLISE DE RISCO

12.1.1. A análise de riscos é o processo de compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a avaliação e o tratamento do risco (ABNT, 2009). O risco é uma função tanto da probabilidade como da medida das consequências. Desse modo, o nível do risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e das consequências resultantes no caso de materialização do evento, ou seja, do impacto nos objetivos. O resultado final desse processo será o de atribuir a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco. A identificação de fatores que afetam a probabilidade e as consequências também é parte da análise de riscos, incluindo a apreciação das causas, as fontes e as consequências positivas ou



negativas do risco. Referencial básico de Gestão de Riscos, Tribunal de Contas da União (TCU), 2018.

12.1.2 Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos.

12.1.3 Gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos.

12.1.3. Para a análise de risco será utilizado o método qualitativo, que define o impacto versus probabilidade e, também o nível da escala de risco por qualificadores numéricos que determinarão o método qualitativo como: BAIXO, MÉDIO, ALTO, EXTREMO, facilitando com base na percepção das pessoas para análise. A relação entre os riscos e os seus componentes pode ser ilustrada por meio de uma matriz que se correlaciona com as variantes impacto e probabilidade; segue-se a imagem abaixo:

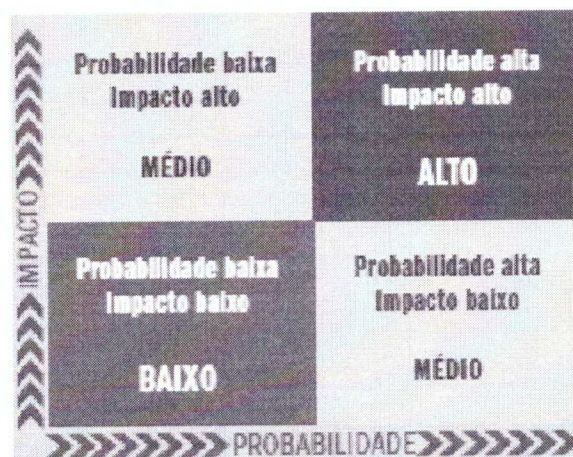


Figura 01 - Matriz de riscos simples

12.2 - MATRIZ DE RISCOS

12.2.1 Utilizando-se da matriz de PROBABILIDADE x IMPACTO, imagem abaixo, conforme orientação da equipe de planejamento de licitações desta Municipalidade, (modelado em consonância com as diretrizes de compliance da Controladoria-Geral, CGE/GO), temos a seguinte Matriz de Probabilidade x Impacto:



Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Escala de Níveis de Risco		
(Nível de Risco = Peso Prob. x Peso Impacto)		
Escala	De	Até
Baixo	1	4
Médio	5	9
Alto	10	30
Extremo	31	80

Figura 02 - Matriz de riscos - Probabilidade x Impacto

12.2.2 A avaliação dos riscos deve seguir os seguintes passos:

- 1º). Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo;
- 2º). Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição (**faixa laranja**); identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos cujos níveis estão acima do limite de exposição ao risco; e riscos inaceitáveis, hipótese que não será admitida (**faixa vermelha** da matriz);
- 3º). Para os riscos cujos níveis se encontram na **faixa amarela** deverá ser avaliada a necessidade de monitoramento;
- 4º). Os riscos cujos níveis se encontram na **faixa verde** poderão ser aceitos.

12.2.3. Com base na análise de riscos e na sua classificação, os riscos identificados estão alinhados com os objetivos desta contratação e são assim classificados: PROBABILIDADE ALTA e IMPACTO ALTO. Como forma de mitigar o impacto do risco supramencionado seria de extrema relevância a aquisição de estações de trabalho.

12.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS RISCOS

12.3.1 RISCO 1 - A não aquisição do produto necessário para utilização da frota municipal.



Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 16 – Faixa laranja: Limite máximo de exposição ao risco.

2. A falta de veículos em condições de funcionamento por falta de Arla.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 1 (Desprezível)

Classificação do risco: 1 – Faixa Verde: baixo risco.

3. Ausência de contratos (VIGÊNCIA/SALDO CONTRATUAL)

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				



Resultado da análise:

Probabilidade 5 (Quase certo)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 80 – Faixa vermelha: inaceitável.

4. Comprometimento das atividades realizadas pela ADMINISTRAÇÃO, principalmente no atendimento à população causada pela indisponibilidade de veículos e equipamentos rodoviários.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 48 – Faixa vermelha: inaceitável.

5. Atraso na realização de processos licitatórios que evidenciam a falta de planejamento de gestão.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa laranja: O risco deve ser monitorado.

CONCLUSÃO DO ESTUDO



SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1. Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO**, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação e o adequado atendimento às demandas apresentadas. Além do mais, as quantidades previstas são compatíveis e atendem à economicidade; os riscos envolvidos são administráveis; e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE ETP:

Sergio Roberto Priamo.
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos.

Versão do Doc. Padrão 01/2024

São Jorge D'Oeste – PR, aos 23 dias do mês de setembro de 2025.